

O exercício da *lectio* na tradição medieval - *Lecturis salutem*

Paulo Ricardo Martines

Departamento de Filosofia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: martinespr@uol.com.br

RESUMO. O tema deste artigo se refere à prática da *leitura* de textos, no âmbito da universidade medieval, particularmente ao ensino cultivado por mestres e alunos segundo normas pedagógicas institucionalizadas. O exercício da leitura foi uma preocupação constante entre os mestres do período medieval, algo consignado, seja nas advertências daquelas leituras que não edificam a formação do caráter do cristão, por cultuarem tão somente a eloquência e não a virtude da sabedoria (Isidoro de Sevilha), seja pela importância dada ao saber ler e aos modos pelos quais devemos ler determinado texto (Hugo de São Vítor), a fim de formar um 'leitor cuidadoso' (Abelardo) e preparado para enfrentar os grandes temas da filosofia, como aqueles oferecidos nas escolas do século XII, ou na futura universidade do século XIII. Essa universidade é organizada como uma corporação de ofício e é inseparável daquilo que, na esfera da cultura da época, se denomina como 'escolástica', cujo ensino magistral é o elemento irradiador e foco dos estudos universitários. Veremos, neste artigo, como se consubstancia o exercício da leitura, na tradição medieval, presente no método preconizado pelos autores da 'escolástica' e, em particular, destacaremos o comentário de Tomás de Aquino ao tratado *Sobre a Trindade*, de Boécio, no tocante ao tema da classificação do saber teórico.

Palavras-chave: leitura; ensino; ética; universidade medieval; escolástica.

The exercise of *lectio* in the medieval tradition - *Lecturis salutem*

ABSTRACT. This article refers to the practice of reading texts within the framework of the medieval university, particularly to the teaching cultivated by masters and students according to institutionalized pedagogical norms. The exercise of reading was a constant preoccupation among the masters of the medieval period, something consigned either in the warnings of those readings that do not build up the character formation of the Christian, because they worship only the eloquence and not the virtue of wisdom (Isidore of Seville), or the importance given to knowing how to read and the ways in which we should read certain texts (Hugh of Saint Victor), in order to form a 'careful reader' (Abelardo) and prepared to face the great themes of philosophy, such as those offered in the schools of the twelfth century, or in the future university of the thirteenth century. This university is organized as a corporation and is inseparable from what in the sphere of the culture of the time is denominated as 'scholasticism', whose masterful teaching is the radiating element and focus of university studies. We will see in this article how the practice of reading in the medieval tradition, present in the method recommended by the authors of 'scholasticism', is met, and in particular we will highlight Thomas Aquinas' comments on Boethius' treatise *On the Holy Trinity* regarding the classification of theoretical knowledge.

Keywords: reading; teaching; ethics; medieval university; scholastic.

El ejercicio de la *lectio* en la tradición medieval - *Lecturis salutem*

RESUMEN. El tema de este artículo se refiere a la práctica de la lectura de textos, en el ámbito de la universidad medieval, particularmente a la enseñanza cultivada por maestros y alumnos según normas pedagógicas institucionalizadas. El ejercicio de la lectura fue una preocupación constante entre los maestros del período medieval, algo consignado, sea en las advertencias de aquellas lecturas que no edifican la formación del carácter del cristiano, por adorar tan sólo la elocuencia y no la virtud de la sabiduría (Isidoro de Sevilla), por la importancia dada al saber leer y los modos por los cuales debemos leer determinado texto (Hugo de San Vítor), a fin de formar un 'lector cuidadoso' (Abelardo) y preparado para enfrentar los grandes temas de la filosofía, como aquellos ofrecidos en las escuelas del siglo XII, o en la futura universidad del siglo XIII. Esta universidad es organizada como una corporación de oficio y es inseparable de lo que, en la esfera de la cultura de la época, se denomina como 'escolástica', cuya enseñanza magistral es el elemento irradiador y foco de los estudios universitarios. En este artículo,

veremos cómo se consubstancia el ejercicio de la lectura, en la tradición medieval, presente en el método preconizado por los autores de la ‘escolástica’ y, en particular, destacaremos el comentario de Tomás de Aquino al tratado sobre la Trinidad, de Boécio, en lo tocante al tema de la clasificación del saber teórico.

Palabras-clave: lectura; enseñanza; ética; universidad medieval; escolástica.

Received on February 27, 2019.

Accepted on May 10, 2018.

Introdução

O título deste artigo se refere à prática da leitura de textos, no âmbito da universidade medieval, e diz respeito ao ensino cultivado por mestres e alunos segundo normas pedagógicas institucionalizadas. Nos dias atuais, numa palestra ou em sala de aula, vale a pena recordar as palavras de Paulo Freire, para quem a leitura “[...] se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (Freire, 1989, p. 9). Mas, afinal, o que é ler? Para uma resposta inicial, seria mais prudente nos atermos à leitura do texto escrito, deixando de lado outros tipos de leitura, igualmente importantes, como, por exemplo, aquelas relacionadas com a atribuição de significados às coisas que vemos, quando dizemos que alguém ‘leu’, nas nuvens escuras do céu, a chuva que estava por chegar. Quero ressaltar a importância da leitura do texto escrito. Será que, na leitura do texto escrito, alcançamos a totalidade daquilo que é proposto pelo autor? Por grande esforço que façamos na leitura e compreensão do texto, não fica algo (ou muito) de ilegível? Por vezes, o que é escrito é marcado pela insuficiência de conteúdo e ideias, ou de seu oposto, pelo excesso, que nos distancia da sua compreensão.

Poder-se-ia dizer, num primeiro momento, que ler não significa prender-se à literalidade das palavras ou à simples fruição delas, mas ao desprender-se do texto, abandonando certa passividade, a fim de construir laboriosamente a realidade mental não dita no texto. Em outras palavras, ler não é apenas a assimilação gramatical do texto (sintaxe e léxico), mas o esforço de compreender o que é dito. A assimilação gramatical é a parte ‘exterior’ da leitura e a compreensão a sua parte ‘interior’, porque marcada pela reflexão. Tomemos como ilustração determinada prática do ensino de filosofia, no âmbito universitário, onde ensinar se baseia no ler e no ensinar a ler, de modo que a formação filosófica se dá através da leitura dos textos filosóficos constituídos como tais pela história da filosofia. Na leitura da obra filosófica, há de se ressaltar o equilíbrio entre a objetividade do texto e a subjetividade do leitor, pois não se trata de retomá-lo literalmente, nem deformá-lo pela intervenção do leitor. Nesse sentido, Merleau-Ponty convida o leitor a ‘pensar de novo’, no momento em que lê uma determinada obra filosófica, de sorte a reencontrar as significações postas pela mesma: “[...] e pensar de novo não é repetir, é renovar pensando aquilo que se esconde entre o significado e a significação explícita” (Chauí, 1980, p. 431).

O exercício da leitura foi uma preocupação constante entre os mestres do período medieval, algo consignado, seja nas advertências daquelas leituras que não edificam a formação do caráter do cristão, por cultuarem tão somente a eloquência e não a virtude da sabedoria (Isidoro de Sevilha), seja pela importância dada ao saber ler e aos modos pelos quais devemos ler determinado texto (Hugo de São Vítor), a fim de formar um ‘leitor cuidadoso’ (Abelardo) e preparado para enfrentar os grandes temas da filosofia, como aqueles oferecidos nas escolas do século XII, ou na futura universidade do século XIII. A leitura faz parte, primeiro, do ensino das escolas e, depois, das universidades. Na escolástica, há a tomada de consciência do ato de ler como o traço distintivo do ensino, conforme bem frisou Chenu, um estudioso a quem devemos vários estudos de filosofia medieval: “[...] toda a pedagogia medieval baseia-se na leitura de textos, e a escolástica universitária institucionaliza e aplica este trabalho” (Chenu, 1950, p. 51). Veremos, neste artigo, como se consubstancia a leitura, na tradição medieval presente no ‘método’ preconizado pelos autores da escolástica e, em particular, destacaremos a ‘leitura’ de Tomás de Aquino do tratado *Sobre a Trindade*, de Boécio, no tocante ao tema da classificação do saber teórico.

O método escolástico: quaestio et auctoritas

Ao abordarmos a *lectio/lectura* para os medievais, entramos na questão do ‘método escolástico’, um procedimento pedagógico da principal instituição da sociedade medieval, a universidade, a qual é organizada como uma corporação de ofício (de mestre e alunos), com regras muito bem delimitadas. Essa universidade medieval é inseparável daquilo que, na esfera da cultura da época, se denomina ‘escolástica’,

cujo ensino magistral é o foco e o elemento irradiador da mesma universidade. A corporação de professores e alunos define os textos que serão objetos de leitura, isto é, de comentário, bem como aqueles textos que são proibidos. O texto, quer filosófico, quer teológico, exige a preparação do leitor, o domínio de técnicas de aprendizado e a superação de dificuldades. Mas, antes de tratar desse procedimento pedagógico, convém estabelecer previamente a origem do método escolástico e o papel da autoridade, que lhe pertence de modo essencial.

O 'método escolástico' tem o seu lugar de nascimento na Idade Média latina dos sécs. XII e XIII, sendo amplamente desenvolvido na prática pedagógica das universidades. Antes disso, não era possível aludir a método como forma de aquisição de saber, mas de um 'ideal cultural', como aquele preconizado por Agostinho, ao fazer o denso e elaborado trabalho de recepção de elementos da cultura antiga (Jeauneau, 1980). A sua obra, *A Doutrina cristã*, forneceu o exemplo dessa formação cultural para o cristão, ao defender a apropriação cultural dos antigos (filósofos) em benefício dos cristãos: "[...] os que são chamados filósofos [...] é preciso não somente não serem temidos nem evitados, mas antes que reivindicemos essas verdades para o nosso uso" (Agostinho, *A doutrina cristã*, II,41,60). Mario Vitorino, tradutor de Porfírio e autor de obras de gramática e de teologia trinitária, pode ser citado também como um autor importante para o estabelecimento desse ideal cultural cristão.

Mas é com Boécio (2005), um filósofo romano que viveu na passagem do século V para o VI, que será possível depreender as origens do método escolástico e sua influência sobre os teólogos da Idade Média. É como tradutor de Aristóteles (especialmente o *Órganon*) e autor de obras filosóficas (*A consolação da filosofia*) e teológicas (*A santa trindade*), que Boécio fornecerá um modelo de exposição filosófica na qual são apresentados temas como a predicação divina, a relação entre razão e fé, a divisão da filosofia em especulativa e prática, da qual resulta a instigante discussão sobre o estatuto da lógica, se ela é uma arte ou uma ciência, e ainda se devemos considerá-la como parte da filosofia, ou apenas como instrumento e a serviço dela. Esses temas são decisivos para a filosofia medieval do século XII e, como veremos mais abaixo, para o século XIII, na leitura feita por Tomás de Aquino.

Pode-se sustentar que o elemento central do método escolástico está consignado naquilo que Boécio entende por *quaestio*, no sentido de uma *propositio dubitalis*, isto é, uma proposição cuja formulação apresenta uma dúvida e cujos membros formam uma contradição. No cabeçalho de sua obra *A santa trindade*, surge o título que pode ser tomado como uma pergunta: *Como a Trindade é um Deus e não três deuses* – uma questão que coloca em jogo as noções de unidade e pluralidade em Deus. Há que se ressaltar, nessa questão acerca da Trindade, o tema da predicabilidade divina, pois uma coisa é predicar uma categoria dos seres compostos, outra é a predicação divina. Por exemplo, ao dizermos 'Deus' como substância, não estamos a dizer qualquer substância, como uma pedra ou rio, mas aquilo que está para além da substância. Não aceitar isso gera dúvidas e controvérsias.

No início da escolástica, ou da primeira escolástica, conforme alguns historiadores da filosofia a chamam, um autor como Anselmo de Cantuária (1984) mais de uma vez utilizou o termo *quaestio*. Para Anselmo, esse termo está relacionado com um problema a ser resolvido, o qual é interno à própria argumentação ou, em certos casos, provém de uma dificuldade externa e serve como um tópico de reflexão. Mas o seu uso mais incisivo está na sua última obra, o *De concórdia* (Sobre o acordo), que comporta objetivamente três 'questões': 1) sobre a presciência e o livre-arbítrio; 2) sobre a predestinação e o livre-arbítrio e, 3) sobre a graça e o livre arbítrio. Trata-se, enfatiza Anselmo, de três difíceis questões (*difficiles quaestiones*), de grande relevância no seu pensamento moral. Como exemplo da estruturação de uma questão, basta citar a terceira, uma vez que ela nasce (*ista questio nascit*) do fato de que a sagrada escritura parece atribuir, em certos momentos, apenas à graça o trabalho de salvação (corroborado pelas seguintes passagens bíblicas: ++Jn 15,5 e 6,44; 1Co 4,7: Rm 9,16-18) e, noutros momentos, apenas ao esforço do livre-arbítrio (como nas seguintes passagens: Is 1,19; Sl 33,13-15; Mt 11,28-29). A questão, assim apresentada, parece opor graça e livre-arbítrio, como se fossem termos inconciliáveis, sendo a sua tarefa desfazer a aparente contradição e a dificuldade suscitada. A apresentação de teses contrárias permite que a questão seja abordada, e a sua solução será estabelecida numa estrita argumentação dialética.

O núcleo essencial do método preconizado por Boécio, o qual fora usado preliminarmente por Anselmo, será colocado à prova, com toda a clareza, por Abelardo, no prefácio de seu *Sic et non* ('Sim e Não'), uma obra pioneira no estabelecimento do método escolástico. Essa obra reúne uma coletânea de citações extraídas da autoridade dos padres da Igreja, que dão margem a determinada "[...] questão por causa de

alguma discordância que pareçam ter, de modo que incitem os leitores iniciantes ao exercício máximo da pesquisa da verdade e os tornem mais penetrantes por meio da pesquisa” (Abelardo, 2015, p. 127). Essas questões apresentam uma peculiaridade, inscrita no fato de que elas não só parecem diversas, mas são adversas. Isso não diz respeito à contradição entre os textos, todavia, aos limites de nossa compreensão:

[...] para perceber que eles não se contradizem e, portanto, reconciliá-los, devemos ter em conta que seus autores muitas vezes se exprimem de um modo inusitado, usando, por exemplo, a mesma palavra em sentidos diversos; que muitos escritos apócrifos se misturaram com os autênticos; que textos foram as vezes alterados e corrompidos, o que ocorre inclusive com as Escrituras (Nascimento, 1988, p. 47).

A interrogação meticulosa e o papel da dúvida serão o caminho para o entendimento. A verdade é para ser descoberta, e todo ponto de vista, certa opinião, pode ser melhorada. O leitor e estudioso de um tema, seja ele filosófico, seja teológico, deve estar atento às diferentes significações dos termos nas suas diversas enunciações, segundo prescreve a regra quatro do *Sic et non* de Abelardo. Quando dois autores possuem posições divergentes sobre um mesmo assunto, ou uma mesma fonte apresenta opiniões divergentes, cabe investigar qual o contexto em que seus juízos foram emitidos e o valor das significações dos termos aí empregados. A ciência não é o reflexo estático da ordem divina, nem a repetição das teses com valor de autoridade, contudo, é um conjunto de proposições humanas que devem ser aperfeiçoadas. Abelardo, quando faz o seu ofício de teólogo, discute a significação das três pessoas da Trindade; ao refletir sobre a ética, quer saber a definição de pecado (Jolivet, 1987). A regra principal do método é apoiada numa análise lógico-semântica. A lógica terminista levará a cabo essa tarefa. Abelardo era um professor de dialética, cujo objetivo, dentre outros, era ensinar seus alunos a aguçar o espírito em vista das discussões e lhes fornecer conteúdos para os exercícios em teologia, conforme atesta Jolivet (1987, p. 28): “[...] o autor do *Sic et non* não é um teólogo que conhece dialética, como muitos outros autores do sec. XII. É um teólogo que, de início, foi dialético e assim permaneceu toda a sua vida trabalhando ao mesmo tempo nos dois domínios”. Em suas diversas obras, encontraremos uma grande contribuição à técnica da *quaestio*, de maneira que podemos afirmar, com segurança, que o método escolástico tem aqui a sua certidão de nascimento. Ao lado de Abelardo, nesse século XII, devemos acrescentar o nome de Gilberto Porretano e Clarembau d’Arras.

Conceito importante para abordar o método escolástico é aquele de autoridade (*auctoritas*). Os medievais, no tocante à produção do conhecimento, não partiam do zero, não faziam tabula rasa do conhecimento, mas buscavam autores e textos da tradição, os quais eram o fundamento de suas reflexões, ponto de partida e suporte para suas considerações. Trata-se aqui das autoridades. Fazer uma citação, relembrar a tese de um autor, não era um recurso de ornamento retórico, porém, uma peça central na argumentação e contra-argumentação.

A origem do termo *auctoritas* pertence à esfera jurídica, onde significava a prova escrita que afiançava, dava garantia, numa relação de negócios. O *auctor/authenticus* significava aquele que dava a credibilidade, aquele que era crível, verídico. Uma autoridade, na Idade Média, é aquela em que as opiniões e decisões faziam autoridade em função de sua posição, quer canônica, quer jurídica ou intelectual. Interessa-nos aqui a autoridade intelectual, pois é aquela que representa a verdade, porque a viu ou a disse. Assim a *auctoritas augustini* (autoridade de Agostinho) implica que os textos de Agostinho são verdadeiros garantidores da verdade. São Boaventura é considerado o doutor mais ‘autêntico’ (que contém valor de verdade), dentre os exegetas da Sagrada Escritura. O texto da autoridade não é um mero suporte externo, uma peça de verdade racional. A *auctoritas* torna-se uma verdade, racional ou revelada, colocada em palavras, isto é, escrita em vista de um emprego útil para a posteridade. Vale observar que não é correto vincular de um modo direto essa ideia de autoridade de um texto com a autoridade doutrinal da Igreja, não obstante ser um fato que, a partir de 1220, a Igreja (seus bispos e sínodos) reforçava a autoridade intelectual, proibindo a leitura de certos autores, como é o caso da condenação das obras de Aristóteles e do chamado averroísmo latino.

É a partir da ideia de textos de autoridade que a Idade Média irá estabelecer quais são os verdadeiros *auctores* que serão tomados como leitura obrigatória. Desse modo, em Teologia, encontramos a Bíblia, os Padres da Igreja e Pedro Lombardo; para as disciplinas do *trivium*, em gramática, temos Donato e Prisciano, em lógica, Aristóteles e Boécio, em retórica, temos Cícero; em Direito, o monge Graciano; em Medicina, o *Cânon* de Avicena; em Filosofia, Platão (antes de 1200), Calcídio, Macróbio, Boécio e, depois de 1200, já em pleno século XIII, Aristóteles.

A *Lectio*

A religiosidade cristã conhecia o emprego do termo *lectio* no chamado mundo monástico, no qual a principal ocupação do monge era a *lectio divina*, a leitura do texto da Sagrada Escritura, especialmente os livros sapienciais. O livro tornava-se, assim, um dos principais instrumentos da prática cotidiana dos monges, de modo que era preciso possuí-los e ser capaz de lê-los. Um traço característico dessa *lectio* monástica era o fato de ser uma leitura em voz alta, uma ‘leitura acústica’, bem diferente da leitura silenciosa que se consolidou posteriormente. O *legere* (ler) não está dissociado do *audire* (ouvir), de maneira que a atividade de leitura para os monges, como o canto e a própria Escritura, ocupa “[...] todo o corpo e o espírito” (Leclercq, 1990, p. 32). A assimilação da leitura realizada dava-se pelo intermédio da *meditatio* (meditação), algo pessoal e demarcado pela interioridade. Isso também pode ser depreendido no mundo monástico, como aquele vivido por Anselmo. A ocupação principal do monge – a *lectio divina* – inclui a meditação. Esta se constitui numa conquista progressiva da interioridade, em vista de um autoconhecimento da alma, para buscar o Deus assumido pela fé: um itinerário da mente para Deus. O sentido geral de *meditari* é pensar e refletir; logo, é um termo correlato a *cogitare* e *considerare*, ambos muito utilizados por Anselmo. Em seu sentido prático, é pensar em algo com o objetivo de realizá-lo, o que contém em si a ideia do preparar-se e antecipar-se. No âmbito do mundo cristão, *meditari* está relacionado primeiramente e diretamente com a *lectio*: para os antigos, meditar é ler um texto e tê-lo dentro de si, para poder expressá-lo com a boca, fixá-lo na memória, apreendê-lo com a inteligência e colocá-lo em prática com a vontade.

Um testemunho eloquente da importância da *lectio*, na tradição cristã da pré-escolástica, é oferecido por Isidoro de Sevilha (século VII), no seu comentário às *Sentenças*, ao enaltecer a assiduidade do cristão na leitura das Escrituras e dos santos Padres, e de adverti-lo do perigo representado pela ‘ficção dos poetas’, pois pelo prazer das fábulas se produz o incentivo da luxúria. Qual o proveito, dirá ainda, em aumentar o conhecimento das doutrinas mundanas e tornar-se vazio das doutrinas divinas, posto que as sentenças dos gentios brilham exteriormente pela eloquência, mas interiormente são desprovidas da sabedoria da virtude (Isidoro de Sevilha, 2009). Na leitura, deve ser apreciada a verdade e não as palavras. O ensino dos gramáticos até pode ter utilidade à vida, se for bem empregado. Ainda que a leitura seja útil à instrução, mais importante que ela é a prática do diálogo, “[...] pois é melhor conversar do que ler” (Isidoro de Sevilha, *Los tres libros...*, III,13,1), uma vez que o diálogo facilita a aprendizagem.

Para tratarmos com propriedade do tema da *lectio*, devemos voltar aos autores do século XII. Não se pode deixar de mencionar, na história do papel da *lectio*, o lugar essencial que é reservado à obra *Didascalicon* (da arte de ler), de Hugo de São Vítor¹, escrita em 1127 e que se configura como uma introdução ao estudo – eis o sentido aqui de *lectio* – das artes e da ciência, ocupação maior da filosofia. O título da obra é um termo grego que significa a arte de ensinar ou instruir, e *lectio* diz respeito ao estudo. O prefácio da obra é instrutivo a esse respeito: “Há duas coisas por meio das quais uma pessoa adquire conhecimento, a leitura e a meditação (*lectio et meditatio*)” (Hugo de São Vítor, *Didascalicon*, I, 1). Hugo fala das regras (*praecepta*) da leitura: “[...] primeiro saber o que se deve ler; segundo, em que ordem se deve ler; terceiro, como se deve ler” (Hugo de São Vítor, *Didascalicon*, I, 1)². A *lectio* medieval comporta três fases: a *littera*, que é a explicação literal do texto, voltada para a clarificação das palavras empregadas; o *sensus*, que é a explicação do conteúdo do texto; e a *sententia*, que é a explicitação da significação e intenção profunda do texto. Esta última é vista como o coroamento do trabalho interpretativo. Hugo de São Vítor assinala que a compreensão profunda do texto somente é possível pela exposição ou interpretação (Hugo de São Vítor, *Didascalicon*). Além da ordem da leitura, torna-se importante a forma pela qual ela se desenvolve: das coisas finitas para aquilo que é infinito; das coisas que são por nós mais conhecidas para o que é mais oculto. Tal trabalho de divisão é o próprio operar da razão na qual investigamos, “[...] ao descermos do universal para os particulares, dividindo e investigando a natureza de cada coisa” (Hugo de São Vítor, *Didascalicon*, III, 9). Isso posto, Hugo é instado a fazer a classificação das ciências e estruturar o edifício científico, compondo a lista mais completa e detalhada do saber de seu tempo. A filosofia, conjunto das artes ou ciências, divide-se em quatro grandes áreas:

¹ Hugo forneceu à abadia de São Vítor, lugar de destaque do chamado Renascimento do século XII, o seu estatuto intelectual e cultural.

² Está presente em seu pensamento a tríade medieval do *lector artium*, *lector sacer* e *homo interior*, sendo que, para este último, a *lectio* volta-se, em primeiro lugar, para a leitura da Bíblia. Há uma propedêutica que prepara o homem à *divinitas*, isto é, à ciência divina. Hugo não menciona ainda *theologia*, como Abelardo. Desse modo, a história tem a sua importância no estudo das disciplinas, pois ela indica o que se deve ler, segundo um método apropriado e aponta a maneira de pensar de uma economia religiosa do tempo.

- Ciências teóricas ou especulativas: a teologia, a matemática e a física;
- Ciências práticas: a solitária (ética); a privativa (doméstica) e a pública (ou civil);
- Ciências mecânicas: lanifício, guerra (arquitetônica e metalurgia); navegação, agricultura, caça, medicina, teatro;
- Lógica: gramática (letras, sílaba, dicção, oração); arte de argumentar (demonstração provável, dialética, retórica, sofística, poesia)³.

No âmbito das escolas urbanas, o *legere* está associado à ideia de leitura de um texto, conforme preconizado por Hugo. Outro autor desse período, João de Salisbury, aponta a ambiguidade do termo *legere*, o qual designa ao mesmo tempo o ato de ensinar e o ato de ler. A passagem deve ser citada na íntegra:

Mas pelo fato do termo *legere* ser ambíguo tanto para o trabalho daquele que ensina e daquele que aprende, quanto para a atividade daquele que examina as Escrituras por si mesmo, que seja utilizada uma palavra específica concernente à troca entre o docente e o discípulo (para utilizar o termo de Quintiliano), a de *praelectio*; para referir-se ao exame atento das escrituras usa-se uma outra, chamada simplesmente *lectio* (João de Salisbury, *Metalogicon*, I,35).

O termo *praelectio* refere-se ao ensino, e o termo *lectio*, à leitura pessoal⁴. Essas obras do século XII – um período de transição – são fundamentais para se pensar a leitura medieval, e pode-se sublinhar que são testemunhos de como os medievais concebiam o ensino (o acesso ao saber), a leitura e a maneira de argumentar. É desse período que encontraremos certos instrumentos de trabalho os quais são indispensáveis para a leitura e a compreensão de temas estudados em diversas áreas, como a *Glosa ordinária*, na compreensão do texto bíblico, o *Decreto* de Graciano, para os estudos da área jurídica, e o famoso *Livro das Sentenças* de Pedro Lombardo, uma verdadeira suma do saber dos padres da Igreja, indispensável para o estudo da teologia. O seu prefácio é revelador de sua intenção: “[...] reunir num breve volume a opinião dos padres a fim de que o pesquisador não tenha necessidade de consultar uma grande quantidade de livros, ele a quem a brevidade dos resumos reunidos oferece sem esforço o que procura” (Pedro Lombardo, *Les quatres..., praefatio*).

Jacqueline Hamesse destaca que o desenvolvimento progressivo dos florilégios, compilações, resumos e concordâncias levou a um empobrecimento do texto lido, uma vez que, por razões de rapidez e acessibilidade das informações, deixava-se para um segundo plano o texto original (Hamesse, 1998). Na Faculdade de Artes, circulava entre os alunos florilégios da filosofia aristotélica, com o intuito de resumir e explicar teses difíceis do estagirita. Os quatro volumes das *Sentenças* de Lombardo eram resumidos num único volume, com índices, subdivisões e resumos das principais teses expostas. Fazia-se uma consulta rápida, em busca da informação desejada. Obviamente, aqui se apresenta o problema da seleção dos textos compilados e de sua qualidade, o que implica a recepção do pensamento do autor estudado.

Tomás de Aquino e comentário ao *De Trinitate*, de Boécio

Um exemplo da prática pedagógica do ensino na Idade Média pode ser entrevisto no comentário de Tomás de Aquino ao tratado *Sobre a Trindade*, de Boécio. Ao ler e expor o texto de Boécio, Tomás de Aquino apresenta a sua maneira de entender o estatuto científico da teologia, bem como aquelas questões a ela pertinentes, como a cognoscibilidade de Deus, a relação entre razão e fé, a distinção entre a teologia e as outras ciências especulativas (física e matemática), e o modo de proceder do discurso teológico. Esse comentário de Tomás de Aquino remonta ao seu primeiro ensino parisiense, entre 1252-1259, sendo a sua redação concluída entre o fim de 1258 e o início de 1259. Tomás de Aquino foi o único autor do século XIII a comentar esse texto de Boécio, em contraste com o século XII, que teve mais de 20 comentários, período conhecido por ‘Idade Boeciana’. Antes da introdução e afirmação do texto aristotélico da *Metafísica*, o pensamento especulativo tinha em Boécio, principalmente nesse estudo obre a Trindade, um aprofundamento metafísico a propósito da questão do estatuto ontológico e do alcance das categorias, já que a possibilidade de interpretar as pessoas da Trindade através da categoria de relação leva à reconsideração da totalidade do quadro categorial.

³ Domingos Gundisalvo, na primeira metade do século XII, escreve o *De divisione philosophiae*, e, ao usar fontes do pensamento grego árabe e judaico, propõe uma divisão da filosofia que se popularizou na universidade medieval, no século seguinte: 1) ciências da sabedoria (filosofia teórica e prática); 2) ciências da eloquência (ciências das palavras e ciências civis); 3) ciências intermediárias (lógica) (Kinoschita, 1988).

⁴ O termo *lectio* como o nosso termo lição em português é um termo equivoco e significa: 1) dar um curso; 2) seguir um curso e 3) ser uma leitura privada. O primeiro sentido era a leitura comentada de um texto de autoridade, que podia ser cursiva, explicações curtas de natureza textual ou ordinária, uma explicação mais longa e detalhada, ambas as atitudes já presentes na Alta Idade Média, nas chamadas glosas.

O comentário de Tomás ao texto de Boécio apresenta-se sob um duplo aspecto: primeiro, como uma exposição literal do texto de Boécio; segundo, como uma série de questões que examinam de modo detalhado passagens do texto comentado⁵. A exposição de Tomás se refere ao próêmio, ao capítulo primeiro e a uma parte do capítulo segundo e, a cada uma dessas três seções, seguem-se duas questões com quatro artigos cada uma, totalizando seis questões e 24 artigos. Tais artigos seguem a estruturação clássica da ‘disputa’: para cada tema proposto, fornecem-se os argumentos a favor de uma possível solução; depois, os argumentos a favor da solução oposta (*sed contra*) e, por fim, a exposição da própria solução (*responsio*) e a respectiva réplica de todos os argumentos apresentados a favor da solução rejeitada (*ad argumenta*)⁶. O tema da divisão da filosofia especulativa e da distinção de seus modos de proceder aparecem, respectivamente, nas questões 5 e 6.

É oportuno ressaltar dois temas filosóficos que serão considerados por Tomás de Aquino, no artigo primeiro da questão 5: a determinação conceitual do par especulativo/prático, no domínio das ciências, e a sua posição quanto à divisão estoica da filosofia.

A distinção entre as ciências especulativas e as ciências práticas fundamenta-se na finalidade visada por cada uma delas: as primeiras têm por fim a verdade, enquanto as segundas têm almejam a ação. Admitido que a matéria de uma ciência é sempre proporcional ao seu fim, temos que a matéria das ciências práticas consiste naquilo em que podemos realizar, “[...] coisas que podem ser feitas por nossa obra [...]” e que, de alguma forma, estão em nosso poder, diferentemente da matéria das ciências especulativas, as quais não dependem de nós (Tomás de Aquino, *Comentário ao tratado...*, q.5, a.1, *respondeo*). A distinção entre as ciências especulativas é pensada a partir da consideração do objeto a que se refere cada ciência, concebido por Tomás de Aquino como objeto de especulação ou especulável, ou ainda como objeto do conhecimento científico teórico. Esse especulável deve comportar dois traços: ser imaterial e necessário, isto é, destituído de movimento. É a partir desse quadro que temos especuláveis que dependem da matéria para serem e aqueles que não dependem da matéria: a física se ocupa dos primeiros, ao passo que a matemática, do segundo. À teologia, ou ciência divina, referem-se os especuláveis que não dependem da matéria de forma alguma (como Deus e os anjos) ou aquilo que é negativamente imaterial (substância, qualidade, ente, ato e potência). A teologia também “[...] é chamada de metafísica, isto é, além da física, porque ocorre a nós, que precisamos passar do sensível ao insensível, e de filosofia primeira, na medida em que todas as outras ciências, recebendo dela seus princípios, vêm depois dela” (Tomás de Aquino, *Comentário ao tratado...*, q.5, a.1, *respondeo*). Cabe frisar que essa compreensão da ciência divina, para Tomás, revela o ‘caráter unitário da metafísica’ seja na medida em que entende Deus como principal matéria a ser considerada, seja na ordem do aprendizado, visto que vem depois da física, seja ainda porque ela estuda os princípios do conhecimento⁷.

O outro ponto a salientar é a posição crítica de Tomás em face da divisão da filosofia, não somente na sua aceção de origem estoica (em racional, natural e moral), como também na divisão clássica das sete artes liberais, conforme apresentada por Hugo de São Vitor⁸. Quanto à divisão estoica, Tomás afirma que a lógica é um auxiliar para as outras ciências: “[...] a lógica não está contida sob a filosofia especulativa com parte principal, na medida em que fornece à especulação seus instrumentos, isto é, os silogismos, definições e similares, dos quais necessitamos nas ciências especulativas” (Tomás de Aquino, *Comentário ao tratado*, q.5, a.2). A propósito da divisão da filosofia nas sete artes liberais, Tomás é enfático: “[...] as 7 artes liberais não dividem de maneira suficiente a filosofia teórica” (Tomás de Aquino, 1999, q.5, a.2). As sete artes têm apenas o papel propedêutico para aqueles que desejam estudar a filosofia, como atesta a autoridade de Hugo de São Vitor e também a de Aristóteles, “[...] porque o modo de proceder deve ser procurado antes nas ciências” (Tomás de Aquino, *Comentário ao tratado...*, q.5, a.3). O segundo aspecto diz respeito ao sentido do termo ‘arte’ (artes liberais), distinto das ciências teóricas e mesmo das artes mecânicas. São chamadas artes,

⁵ Vale mencionar que existia a prática da *lectura* entendida como um método de exposição e explicação do texto. Inicialmente, nas escolas de Direito, o texto estudado nas aulas trazia explicações às margens, as quais serviam como explicações de passagens difíceis e, posteriormente, o termo terá o sentido técnico de aula ou leitura comentada de um texto: “O termo *lectura* refere-se igualmente ao método de ensino mencionado, a leitura comentada dos textos. Mas, à diferença da *lectio*, *lectura* nunca significa uma única aula. É uma série de aulas sobre um assunto determinado, isto é, o ensino sob a forma de curso. Como *lectio* na origem, *lectura* quer dizer ‘leitura’, o ato de ler, portanto, o ensino dos mestres ou bacharéis baseados em certos textos” (Weijers, 1987, p. 300).

⁶ “A questão disputada caracteriza o pensamento medieval universitário. Ela regulamentava o ensino e a aprendizagem, e conferia a sua forma aos escritos dos mestres. De um modo geral, a questão disputada se definia como uma confrontação de argumentos: o oponente (*opponens*) e o respondente (*respondens*) discutem em vista da determinação de uma questão. A interrogação inicial do debate funciona como uma tese, a qual é preciso invalidar ou confirmar, o que acarreta sempre uma alternativa” (Porro, 1997, p. 67).

⁷ Veja-se, a respeito, a ‘Introdução’ do prof. Carlos Arthur R. Nascimento ao *Comentário ao tratado da Trindade de Boécio* (Tomás de Aquino, 1999).

⁸ “O *trivium* e o *quadrivium* pertencem ao antigo sistema intelectual romano, tendo sido recebidos desde muito cedo nas tradições intelectuais da cristandade. Estimava-se que a formação completa do indivíduo incluía os estudos das ciências da expressão (o *trivium*: gramática, retórica, dialética ou lógica) e das ciências da realidade (o *quadrivium*: aritmética, geometria, astronomia e música). Boécio transmitiu e consolidou essa perspectiva de formação” (Hugo de São Vitor, 2001, III, 3).

“[...] porque implicam, não só conhecimento, mas uma obra que procede imediatamente da razão, como a construção de um silogismo, de uma oração” (Tomás de Aquino, *Comentário ao tratado...*, q.5, a.3).

Conclusão

A respeito das práticas pedagógicas da universidade medieval, no tocante à *quaestio* e à *lectio*, há de se reconhecer que não há ‘um’ ‘método escolástico’ mas ‘vários’, em consonância com a pluralidade das filosofias e teologias da Idade Média. Pensar o contrário seria admitir um mesmo método para toda a Idade Média e certa doutrina como normativa para o período, como se pudéssemos sustentar que o século XIII fosse o ponto alto da escolástica, o que veio antes não era ainda escolástica e o que veio depois foi o seu declínio. Isso seria tomar a escolástica pelo seu método escolástico. À escolástica pertence o aspecto escolar e didático da prática da teologia e das filosofias, que se caracteriza pelo emprego de um método. Escolástica é um nome coletivo que designa aqueles que praticam a filosofia e a teologia, e não está ligado, necessariamente e exclusivamente, ao período medieval, haja vista que encontramos escolásticos no mundo moderno, como é atestado pelos pensadores ibéricos do século XVI e XVII, em Portugal e Espanha. Uma forma de considerar as relações entre a história e a filosofia é saber que não há uma história dos problemas filosóficos (razão e fé, eternidade do mundo, transubstanciação), como se fossem autônomos e eternos; mas que são, antes, oriundos de questões institucionais, ou da interpretação de textos, que devem ser lidos e comentados. Esses problemas filosóficos são produtos da cultura e não são condições prévias para o saber filosófico.

Referências

- Abelardo, P. (2015). Sim e não (prólogo). In J. C. Estevão. *Abelardo e Heloísa* (C. A. R. Nascimento, Trad.). São Paulo, SP: Discurso Editorial.
- Agostinho, Santo, Bispo de Hipona. (1991). *A doutrina cristã*. São Paulo: SP: Paulinas.
- Anselmo de Cantuária (1984). *Opera omnia* (F. S. Schmitt, Edição crítica). Stuttgart, DE: Bad Cannstatt.
- Boécio (2005). *Escritos* (J. Savian Filho, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Bíblia de Jerusalém*. (2002). São Paulo, SP: Paulus.
- Chauí, M. (1980). Nota à tradução. In M. Merleau-Ponty. *O filósofo e sua sombra* (Coleção Os Pensadores). São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Chenu, M.-D. (1950). *Introduction à l'étude de saint Thomas D'Aquin*. Paris, FR: Vrin.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo, SP: Cortez.
- Hamesse, J. (1998). O modelo escolástico da leitura. In R. Chartier. *História da leitura no mundo medieval* (p. 127). São Paulo, SP: Ática.
- Hugo de São Vítor. (2001). *Didascalicon. Da arte de ler* (A. Marchionni, Trad.). São Paulo, SP: Vozes.
- Isidoro de Sevilha (2009). *Los tres libros de las sentencias* (I. R. Meliá, Ed.). Madrid, ES: BAC.
- Jeauneau, E. (1980). *A filosofia medieval*. Lisboa, PT: Ed. 70.
- João de Salisbury. (2009). *Metalogicon* (F. Lejeune, Trad.). Paris, FR: Vrin.
- Jolivet, J. (1987). Le traitement des autorités contraires selon le *Sic et non* d'Abelard. In J. Jolivet. *Aspects de la pensée medieval: Abélard. Doctrines du langage* (p. 55-79). Paris, FR: Vrin.
- Kinoschita, N. (1988). *El pensamiento de Domingo Gundisalvo*. Salamanca, CL: Pontificia Universidad de Salamanca.
- Leclercq, J. (1990). *Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age*. Paris, FR: Cerf.
- Nascimento, C. A. (1988). A construção do conhecimento na Idade Média. In L. A. De Boni. *Razão e mística na Idade Média* (p. 73-98). Rio de Janeiro, RJ: Universta.
- Pedro Lombardo. (2012). *Les quatre livres des sentences*. Paris, FR: Cerf.
- Porro, P. (1997). Introduzione. In Tommaso D'aquino. *Commenti a Boezio* (p. 15-56). Milano, IT: Rusconi.
- Tomás de Aquino. (1999). *Comentário ao tratado da Trindade de Boécio – questões 5 e 6* (C. A. R. do Nascimento, Trad.). São Paulo, SP: UNESP.
- Weijers, O. (1987). *Terminologie des universités au XIII siècle*. Roma, IT: Ed. dell'Ateneo.

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

Paulo Ricardo Martines: possui doutorado em Filosofia Medieval pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-Brasil), com estágio doutoral no Institut Catholique de Paris (ICP, 2000), e pós-doutorado na Universidade de Lisboa (UL, 2014). É professor associado do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá (Paraná – Brasil), desde 2001, onde tem lecionado as disciplinas de História da Filosofia Medieval e Ética. É membro efetivo da Société pour l'étude de La philosophie médiévale (SIEPM), desde 2001; membro da Red Latinoamericana de Filosofia Medieval (RLAFM), desde 2014; membro da Sociedade Brasileira de Filosofia medieval (SBFM), desde 1994; membro do Grupo de trabalho “Filosofia na Idade Média” (GT – ANPOF), desde 2004. Publicou o livro *O argumento único do Proslogion* pela Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL (1998) e inúmeros artigos em revistas especializadas; e também colabora com artigos em livros editados no Brasil, Chile, Argentina, Portugal e Itália.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6396-696X>

E-mail: prmartines@uem.br

NOTA:

Paulo Ricardo Martines foi responsável pela concepção, análise e interpretação dos dados; redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e ainda, aprovação da versão final a ser publicada.